



Transportes Públicos na Região Oeste: Valorizamos o que se avançou, mas é preciso e possível ir mais longe!

Por proposta e iniciativa do PCP e da CDU, em Abril de 2019 concretizou-se o Alargamento do Passe Social Intermodal a toda a Área Metropolitana de Lisboa, com uma importante redução tarifária, culminando um longo processo que envolveu o conjunto dos 18 municípios da AML e exigiu muita luta.

É no quadro desse processo que no Orçamento de Estado para 2019 é criado o PART, o Programa de Apoio à Redução Tarifária, que alargou os apoios ao plano nacional, atribuindo verbas às diferentes Comunidades Intermunicipais (CIM). O PCP e a CDU desde logo alertaram que as verbas para o Oeste eram insuficientes e que se estava a deixar de lado uma importante realidade, a dos utentes das ligações

interregionais, nomeadamente das ligações pendulares de fora das Áreas Metropolitanas para o centro destas.

Na Área Metropolitana de Lisboa o alargamento do Passe está a ser um enorme sucesso, com poupanças para milhares de famílias e um aumento de cerca de 200 mil no número de utentes regulares dos transportes públicos.

Já na Região Oeste, a insuficiência das verbas recebidas do PART, o carácter privado da operadora rodoviária existente e as opções da CIM levaram a que os avanços ficassem aquém do possível e do necessário, apesar de ter sido possível conquistar uma redução de custos para os utentes, o que se saúda.

O que faz falta: alargar a redução tarifária, aumentar a oferta!

Desde logo é possível e necessário concretizar algumas medidas que a CDU já propôs relativas ao sistema tarifário:

1. Alargar no Orçamento de Estado o valor do PART, atribuindo-lhe uma receita fixa oriunda do ISP, canalizando verbas que estão destinadas às PPP da rodovia.
2. Consagrar o valor máximo de 30 euros para os passes concelhios, e de 40 euros para os passes mensais regionais e interregionais, reconhecendo ainda a especificidade das deslocações pendulares para dentro das Áreas Metropolitanas.
3. Garantir que os passes concelhios e regionais no Oeste são verdadeiramente intermodais, permitindo o acesso a todos os operadores e carreiras na sua área de influência, como acontece na Área Metropolitana de Lisboa.

É ainda preciso concretizar medidas estruturantes para o aumento da oferta de transportes públicos, nomeadamente:

1. Concluir a modernização, alargamento e electrificação da Linha do Oeste, dotando-a de comboios novos e horários capazes de atrair e fidelizarem os utentes.
2. Aproveitar o fim das actuais concessões rodoviárias (dez. 2019) para elevar a oferta de transporte rodoviário, reduzindo custos para os utentes e para as autarquias, acabando com a dependência dos operadores privados.

O investimento no conjunto destas medidas, trazendo novos utentes aos transportes públicos e verdadeiros ganhos ambientais é uma opção que deve ser tomada, utilizando parte das verbas hoje malgastadas nas PPP das autoestradas (1300 milhões por ano!).

**Mais e Melhores
Transportes Públicos**

**Mais força
à CDU**

